

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃOxiii

PRIMEIRA PARTE **BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

CAPÍTULO 1

NOÇÕES PRELIMINARES..... 3

1.1. CONCEITO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL 3

1.1.1. Considerações gerais..... 3

1.1.2. Regimes de Previdência: Geral e Próprio 5

1.1.3. Sistemas de repartição e capitalização..... 6

1.1.4. Responsabilidade previdenciária 7

1.2. PREVIDÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL..... 7

1.3. BREVE HISTÓRICO 8

1.4. ÓRGÃOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL..... 11

1.5. O DIREITO PREVIDENCIÁRIO E A INTERPRETAÇÃO DA
LEGISLAÇÃO PERTINENTE 12

1.6. PRINCÍPIOS..... 19

1.7. UNIVERSALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA..... 20

1.8. SISTEMA ESPECIAL DE FILIAÇÃO	21
1.9. RELAÇÃO JURÍDICA PREVIDENCIÁRIA	22
1.10. PREVIDÊNCIA ACIDENTÁRIA	22

CAPÍTULO 2

BENEFICIÁRIOS.....	29
2.1. MODALIDADES	29
2.2. SEGURADOS.....	29
2.2.1. Empregado	30
2.2.2. Segurado individual. Trabalhador autônomo	36
2.2.3. Doméstico	37
2.2.4. Empresário ou empregador	38
2.2.5. Avulso	39
2.2.6. Segurado especial.....	39
2.2.7. Cooperados	40
2.2.8. Facultativo.....	40
2.2.9. Manutenção e perda da qualidade de segurado.....	42
2.2.10. Exclusão de regime: servidores públicos. Fundos de previdência. Previdência complementar	44
2.3. DEPENDENTES	50
2.3.1. E herdeiro.....	50
2.3.2. Cônjuges marido e mulher, companheiro e companheira	52
2.3.3. Filhos.....	56
2.3.4. Pais.....	61
2.3.5. Pessoa designada.....	61
2.3.6. Irmãos	61
2.3.7. Previdência acidentária	62

CAPÍTULO 3

PRESSUPOSTOS PARA PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	63
3.1. DOS SEGURADOS.....	63
3.1.1. Inscrição.....	63
3.1.2. Atividade profissional remunerada	68

3.1.3. Pagamento.....	69
3.1.4. Qualidade de segurado.....	71
3.1.5. CARÊNCIA.....	75
3.1.6. Outras condições: tempo de serviço ou de contribuição, invalidez e atividade insalubre.....	79
3.1.6.1. Tempo de serviço ou de contribuição.....	79
3.1.6.2. Invalidez.....	86
3.1.6.3. Atividade insalubre.....	87
3.2. DOS DEPENDENTES.....	93
3.2.1. Inscrição.....	93
3.2.2. Dependência econômica.....	93
3.2.3. Preferência.....	95
3.2.4. Designação.....	95
3.2.5. Intransmissibilidade do benefício.....	96
3.2.6. Habilitação.....	96
3.2.7. A companheira.....	97
3.3. PREVIDÊNCIA ACIDENTÁRIA.....	99

CAPÍTULO 4

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	101
4.1. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.....	101
4.2. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.....	111
4.3. APOSENTADORIA POR IDADE.....	116
4.4. PENSÃO.....	119
4.5. AUXÍLIO-RECLUSÃO.....	124
4.6. OUTROS BENEFÍCIOS.....	126
4.7. PREVIDÊNCIA ACIDENTÁRIA.....	128

CAPÍTULO 5

CÁLCULO DE BENEFÍCIOS.....	133
5.1. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO: NOÇÕES.....	133
5.2. SALÁRIO DE BENEFÍCIO.....	134

5.3. RENDA MENSAL DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	141
5.4. REAJUSTAMENTO DE BENEFÍCIOS	143

CAPÍTULO 6

DISPOSIÇÕES DIVERSAS SOBRE BENEFÍCIOS	151
6.1. PAGAMENTO DO BENEFÍCIO	151
6.2. GARANTIAS DO BENEFÍCIO	152
6.3. RECIBO DO BENEFÍCIO	153
6.4. IMPORTÂNCIAS NÃO RECEBIDAS EM VIDA PELO SEGURADO	154
6.5. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS	155
6.6. IMPRESCRITIBILIDADE DO DIREITO AO BENEFÍCIO.....	157
6.7. REVISÃO PELO INSS. RESTITUIÇÃO	160
6.8. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS BENEFÍCIOS EM ATRASO ...	161
6.9. ASPECTOS DE DIREITO INTERTEMPORAL.....	162
6.10 BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR RURAL	166
6.11. PREVIDÊNCIA ACIDENTÁRIA	169

CAPÍTULO 7

ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE.....	171
7.1. ASSISTÊNCIA SOCIAL	171
7.2. SAÚDE	175

SEGUNDA PARTE

NOÇÕES DE CUSTEIO

CAPÍTULO ÚNICO

NOÇÕES DE CUSTEIO	185
1.1. NATUREZA JURÍDICA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	185
1.2. A RECEITA FEDERAL DO BRASIL.....	187
1.3. A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO E O FATURAMENTO E OUTRAS FONTES DE RECEITA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	188

1.4. ASSIMILAÇÃO E APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	190
1.5. SISTEMA ESPECIAL DE FILIAÇÃO	208
1.6. CONTRIBUIÇÃO DO PRODUTOR RURAL.....	208
1.7. COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO.....	209
1.8. OBRIGAÇÕES COMO TERCEIRO	210
1.9. SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO	210
1.10. CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	211
1.11. PROVA DE QUITAÇÃO	212
1.12. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	213
1.13. PRAZOS, ENCARGOS MORATÓRIOS E PENALIDADES.....	214
1.14. DEFESA DO CONTRIBUINTE: NOÇÕES	214
1.15. CRIMES.....	215

TERCEIRA PARTE

PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA

CAPÍTULO 1

RELAÇÃO JURÍDICA PREVIDENCIÁRIA.....	219
1.1. FATO, VALOR E NORMA. RELAÇÃO JURÍDICA. DIREITO SUBJETIVO. DEVER JURÍDICO	219
1.2. RELAÇÃO JURÍDICA PREVIDENCIÁRIA: QUALIDADE DE SEGURADO. INSCRIÇÃO, FILIAÇÃO E PERÍODO DE GRAÇA. ATIVIDADE REMUNERADA, PAGAMENTO E CARÊNCIA. RELAÇÃO ACIDENTÁRIA E ASSISTENCIAL	220
1.3. O DIREITO AO BENEFÍCIO	221
1.4. O DIREITO À REVISÃO DO BENEFÍCIO.....	222
1.5. DIREITO ADQUIRIDO EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	222
1.6. A INVOCAÇÃO DA LEI POSTERIOR MAIS FAVORÁVEL	222
1.7. ASPECTOS PRESCRICIONAIS	223
1.8. DIREITO INTERTEMPORAL.....	224

1.9. REVISÃO/ANULAÇÃO DE ATOS PELA ADMINISTRAÇÃO. DECADÊNCIA. DIREITO DE DEFESA.....	224
1.10 LEGITIMIDADE ATIVA.....	224
1.11. RESTITUIÇÃO	226
1.12. DANO MORAL.....	228
1.13. REVISÃO DOS ATOS PELA ADMINISTRAÇÃO: RECURSOS ADMINISTRATIVOS	229

CAPÍTULO 2

A LIDE PREVIDENCIÁRIA.....	231
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	231
2.2. COMPETÊNCIA: JUSTIÇA FEDERAL. JUSTIÇA COMUM (INTERIOR, ART. 109, CF).....	232
2.3. PETIÇÃO INICIAL: ART. 282, CPC.....	233
2.4. RITOS PROCESSUAIS: ORDINÁRIO E SUMÁRIO (ACIDENTE DO TRABALHO E JUIZADO ESPECIAL)	234
2.5. O VALOR DA CAUSA E A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR DA CAUSA.....	234
2.6. TRAMITAÇÃO DO FEITO. PRIORIDADE DO IDOSO	234
2.7. TUTELA ANTECIPADA.....	235
2.8. PRIVILÉGIOS DA FAZENDA PÚBLICA	236
2.9. PARTICULARIDADES	239
2.10. SENTENÇA E RECURSOS	239
2.11. ENCARGOS MORATÓRIOS	243
2.12. TIPOS DE AÇÕES	243
2.13. PEDIDO, VALOR DA CAUSA.....	244
2.14. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	244
2.15. AÇÃO ASSISTENCIAL.....	245
2.16. AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS COLETIVAS	246

CAPÍTULO 3

AÇÃO ACIDENTÁRIA.....	249
3.1. RELAÇÃO JURÍDICA ACIDENTÁRIA. DISTINÇÃO COM O DIREITO COMUM.	249
3.2. DINÂMICA DO ACIDENTE DO TRABALHO: CAT.....	250
3.3. CARACTERIZAÇÃO DA DOENÇA ACIDENTÁRIA: MUDANÇAS ...	250
3.4. AÇÃO ACIDENTÁRIA. PETIÇÃO INICIAL	250
3.5. ASPECTOS PROCESSUAIS	251

CAPÍTULO 4

JUSTIFICAÇÃO.....	255
4.1. CONCEITO E FINALIDADE.....	255
4.2. COMPETÊNCIA	257
4.3. A QUESTÃO DO INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL.....	257
4.4. PRINCIPAIS FATOS JUSTIFICÁVEIS.....	257
4.5. JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA	257

CAPÍTULO 5

MANDADO DE SEGURANÇA PREVIDENCIÁRIO.....	259
5.1. CONCEITO: CF, ART. 5º, INCISO LXIX E LEI N. 12.016/2009.....	259
5.2. COMPETÊNCIA	261
5.3. A INICIAL	262
5.4. A AUTORIDADE COATORA.....	262
5.5. TRAMITAÇÃO	263
5.6. CASOS USUAIS: REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIOS SEM DIREITO DE DEFESA.....	263

CAPÍTULO 6

JUIZADOS ESPECIAIS	265
6.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	265

6.2. COMPETÊNCIA ABSOLUTA	265
6.3. ASPECTOS DIFERENCIADOS	266
6.4. SÚMULAS: TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO.....	268

CAPÍTULO 7

OUTRAS PEÇAS PROCESSUAIS.....	275
7.1. SENTENÇA.....	275
7.2. RESPOSTA: CONTESTAÇÃO: TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DA PEÇA. PRELIMINARES. MÉRITO. RECONVENÇÃO. EXCEÇÕES. IMPUGNAÇÕES	277
7.3. APELAÇÃO: EFEITOS, INTERPOSIÇÃO, PRAZO, TÉCNICA DE ELABORAÇÃO, ETC.	279
7.4. AGRAVO DE INSTRUMENTO	281

CAPÍTULO 8

MODELOS DE PETIÇÃO INICIAL.....	283
8.1. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA (APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO).....	283
8.2. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA (APOSENTADORIA POR INVALIDEZ)....	285
8.3. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA (PENSÃO).....	286
8.4. MANDADO DE SEGURANÇA.....	288
8.5. AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DIVERSAS	295